



ACÓRDÃO Nº1141/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11319/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Aripuanã.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Darilson Colares Mar (Ordenador de Despesa), Neumice Reges Pinto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar – OAB/AM 5933, Rodrigo Mendes Lasmar – OAB /AM 12480.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4334/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual Câmara Municipal de Novo Aripuanã Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Quitação. Comunicação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Novo Aripuanã, sob a responsabilidade da **Sra. Neumice Reges Pinto**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Aripuanã no período de 01.01.2017 a 21.11.2017 — nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** a **Sra. Neumice Reges Pinto** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 308, I, "c" da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, pela impropriedade elencada no item 1, subitem 1,1 do presente Relatório/Voto, referente ao atraso no envio do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º semestre do exercício de 2017 e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do



ACÓRDÃO Nº1141/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa a Sra. Neumice Reges Pinto no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 53, parágrafo único da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VII, da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, em razão da impropriedade apontada no item 1, subitem 1.2 do presente Relatório/Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Novo Aripuanã, sob a responsabilidade do **Sr. Darilson Colares Mar**, – Presidente da Câmara Municipal de Novo Aripuanã no período de 22.11.2017 a 31.12.2017 -, nos termos do art. 1º, II da Lei



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1141/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM.

10.5. Dar quitação ao Sr. Darilson Colares Mar, Presidente da Câmara Municipal de Novo Aripuanã, no período de 22.11.2017 a 31.12.2017 –, nos termos do art. 189, I da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM.

10.6. Comunicar esta decisão a **Sra Neumice Reges Pinto**, ao **Sr. Darílson Colares Mar**, e aos demais interessados;

10.7. Arquivar o processo, após cumpridos os itens anteriores e adotadas as medidas regimentais.

11- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Dezembro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em substituição

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição